

29 CIDADES



DESRESPEITO

Camelôs invadem calçadas dos pontos de ônibus e empurram os passageiros para o meio da pista. O motorista de van Maurício de Assis Ferreira (foto) teme atropelamentos.

PÁGINA 32

BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2005

Editora: Samanta Sallum//

samanta.sallum@correioweb.com.br

Subeditores: Ana Paixão, Roberto Fonseca,

Valéria de Velasco e Wilmar Alves

Coordenadora: Taís Braga//

tais.braga@correioweb.com.br

e-mail: cidades@correioweb.com.br

Tels. 3214-1180 • 3214-1181

fax: 3214-1185

ESTRUTURAL

De Cidade Estrutural

Ibama aprova Estudo e Relatório de Impacto Ambiental que autorizam a emissão de licenças para transformar a invasão em cidade. Urbanização da área deve custar mais de R\$ 68 milhões e lixão terá que ser removido

Rumo à regularização

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

O processo de regularização da Estrutural nunca esteve tão acelerado. Com os olhos voltados para a assinatura do contrato de empréstimo com o Banco Mundial, para financiamento do programa Brasília Sustentável, o governo local agilizou o trâmite burocrático de legalização de uma das principais invasões do Distrito Federal. Para urbanizar a área, serão gastos US\$ 30 milhões (R\$ 68,4 milhões pelo câmbio de ontem), o equivalente a

25% do acordo que deverá ser assinado até setembro.

Um dos principais empecilhos para a regularização da área já está superado. Depois de dez anos de discussão e resistência, o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) foram aprovados pelo Ibama. O investimento em infra-estrutura para a invasão, porém, ainda depende de licenciamento ambiental e projeto urbanístico. O esforço agora é tornar a ocupação viável, com a ajuda de recursos internacionais. Na Câmara Legislativa, tramita um projeto de lei que transforma o

local em Zona Habitacional de Interesse Social e Público.

Parecer

Antes de virar cidade, a Estrutural terá que mandar para longe um vizinho: o lixão. Ibama e Secretaria de Meio Ambiente (Semarh) têm até a próxima segunda-feira para emitir um parecer técnico sobre o Eia/Rima do novo aterro sanitário do DF, que será em Samambaia. O levantamento foi apresentado durante audiência pública em 15 de julho. Alexander Balduíno, coordenador técnico da comissão de análise do Ibama/DF, afirma que

a capacidade de lixo prevista para o local, uma área com pelo menos 40 hectares, estará extrapolada em uma década.

Paralelamente aos estudos para desativar o lixão, outra comissão estuda a emissão da primeira das três licenças ambientais da invasão. Sem cumprir as etapas, não há regularização. A previsão é que em 40 dias o grupo de trabalho conceda a autorização. Para isso, os técnicos da Semarh e Ibama vão se reunir duas vezes por semana.

Além da mudança na destinação do lixo, para obter a licença prévia o governo terá que re-

movê os barracos que ficam a menos de 15 metros do poliduto da Petrobras, que passa pelo lotamento. Para o Ibama, não há risco em assentar famílias próximas ao duto. "Basta respeitar a distância de segurança", afirma Lídio dos Santos, analista ambiental responsável pelo licenciamento da Estrutural. Especialistas contestam. "As pessoas sequer sabem o que passa embaixo da terra. Será que a população está treinada para uma situação emergencial?", questiona o coordenador do Núcleo de Estudos Ambientais da UnB, Gustavo Souto Maior.

ONDE FICA

